

O MARXISMO DIANTE DOS FENÔMENOS MÓRBIDOS CONTEMPORÂNEOS

Marxism Confronting Contemporary Morbid Phenomena

Igor Mattos Marqueline¹

Resumo

Este trabalho apresenta notas críticas sobre os desafios teóricos presentes em quatro análises marxistas da extrema-direita contemporânea, com enfoque especial nas categorias mobilizadas para caracterizar o bolsonarismo. O propósito é avaliar as potencialidades e os limites explicativos dessas conceituações diante da complexidade do fenômeno. Para alcançá-lo, contrastam-se as interpretações de Atilio Borón, que rejeita a analogia do bolsonarismo com o fascismo histórico; de Armando Boito Jr., que constrói conceitos gerais de fascismo e neofascismo e define o bolsonarismo como uma variante deste último; de Dylan Riley, que propõe pensar as extremas-direitas contemporâneas e o bolsonarismo a partir dos conceitos de “populismo de direita” e “neobonapartismo”; e de André Kaysel e Alvaro Bianchi, que compreendem a extrema-direita como um conceito espacial e relacional, definindo o bolsonarismo como uma “coalizão discursiva de extrema-direita” na qual convergem diferentes tradições ideológicas e discursivas. Conclui-se que, no contexto da atual crise orgânica, uma abordagem da extrema-direita que combine a análise estrutural das classes sociais no modo de produção capitalista ao exame das disputas ideológicas e discursivas que constituem os sujeitos políticos tende a produzir diagnósticos científicos mais robustos e resultados políticos significativos.

Palavras-chave: Marxismo; Bolsonarismo; Neofascismo; Extrema-Direita; Ideologia.

Abstract

This paper presents critical notes on the theoretical challenges found in four Marxist analyses of the contemporary far-right, with a special focus on the categories deployed to characterize Bolsonarism. The purpose is to evaluate the explanatory potential and limitations of these conceptualizations in light of the complexity of the phenomenon. To this end, the study contrasts the interpretations of Atilio Borón, who rejects the analogy between Bolsonarism and historical fascism; Armando Boito Jr., who constructs general concepts of fascism and neofascism, defining Bolsonarism as a variant of the latter; Dylan Riley, who proposes analyzing contemporary far-rights and Bolsonarism through the concepts of “right-wing populism” and “neo-Bonapartism”; and André Kaysel and Alvaro Bianchi, who understand the far-right as a spatial and relational concept, defining Bolsonarism as a “far-right discursive coalition” where different ideological and discursive traditions converge. It is concluded that, in the context of the current organic crisis, an approach to the far-right that combines the structural analysis of social classes in the capitalist mode of production with an examination of the ideological and discursive struggles that constitute political subjects tends to yield more robust scientific diagnoses and significant political outcomes.

Keywords: Marxism; Bolsonarism; Neofascism; Far-Right; Ideology.

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/Unicamp).
<https://orcid.org/0000-0001-6339-5802>. i234481@dac.unicamp.br.

Introdução

É já um lugar-comum nas esquerdas brasileiras remeter à célebre passagem do § 34 do terceiro caderno de Antonio Gramsci²: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados” (Gramsci, 1975, p. 311). Contrariando o enfadonho prognóstico pós-queda do Muro e pós-desmoronamento da União Soviética da entrada na era da hegemonia permanente do liberalismo, o colapso financeiro de 2008 desencadeou consequências profundas: uma depressão econômica prolongada, o aumento da concentração de renda, o crescimento do desemprego e a marginalização de amplos setores da população. A conjugação de instabilidades econômicas com tensões políticas e sociais, como a diminuição do apoio às instituições democráticas e aos partidos tradicionais, criou condições para a ascensão de governos autoritários, antissistema e de extrema-direita, como os de Bolsonaro (Brasil), Trump (EUA), Netanyahu (Israel), Orbán (Hungria), Erdogan (Turquia), Modi (Índia), Bukele (El Salvador) e Duterte (Filipinas). Em cada nação, esses fenômenos mórbidos assumem características próprias, adaptando seus discursos aos contextos locais: na Europa, nos Estados Unidos e na Índia, os “inimigos” são frequentemente muçulmanos e imigrantes; em países de maioria islâmica, minorias religiosas, como cristãos e judeus; noutros, os alvos prioritários são as esquerdas, as feministas e a população LGBTQIA+. Apesar das dinâmicas específicas de cada experiência histórica, há um traço comum: a capacidade dessas forças reacionárias de impor restrições às liberdades políticas dos grupos sociais subalternos e de aviltar as democracias liberais vigentes.

A avalanche autoritária atira ao centro da agenda das ciências sociais a necessidade de explicar conceitualmente tais fenômenos. Seriam esses grupos continuadores do fascismo histórico ou manifestações de natureza inédita? É mais adequado denominá-los “fascismo do século XXI”, “neofascismo”, “pós-fascismo” ou simplesmente “fascismo”? Cada denominação carrega pressupostos teóricos e analíticos específicos, com

² “La crisi consiste appunto nel fatto che il vecchio muore e il nuovo non può nascere: in questo interregno si verificano i fenomeni morbosi più svariati.” (Q 3, § 34, p. 311).

distintas implicações científicas e políticas. Embora seja difícil propor uma explicação geral para aparições tão diversas, que refletem contradições singulares de cada país ou região, a dimensão global da tendência exige que ao menos algumas hipóteses sejam examinadas, num esforço para compreender fatores comuns subjacentes a esta ascensão planetária. Este trabalho propõe analisar quatro abordagens marxistas desses fenômenos, buscando compreender as potencialidades e os limites dos referenciais teórico-metodológicos e conceituais empregados. O enfoque recai sobre as caracterizações do bolsonarismo, com reflexões pontuais sobre outros casos.

O texto que se segue está dividido da seguinte maneira: a primeira seção examina a proposta historicista de Atilio Borón, que contesta a pertinência de utilizar o conceito de “fascismo” às extremas-direitas contemporâneas. Na segunda, analisa-se a contribuição de Armando Boito Jr., que recupera a teoria poulantziana do Estado para caracterizar o bolsonarismo como uma variante neofascista ancorada em conflitos de classe e na crise política brasileira. A terceira parte dedica-se ao conceito de neobonapartismo formulado por Dylan Riley, explorando suas críticas às analogias com o fascismo clássico, sua ênfase na crise da democracia representativa e na emergência de políticos autoritários *outsiders*. Em seguida, discute-se a abordagem de André Kaysel e Alvaro Bianchi, que propõem a categoria de coalizão discursiva para dar conta da heterogeneidade ideológica do bolsonarismo. Por fim, sugere-se um ponto de partida teórico para investigar as extremas-direitas contemporâneas baseado na combinação entre análise estrutural de classe e dinâmicas discursivas.

Fascismo, um fenômeno irrepetível?

Um ponto de partida para o debate conceitual encontra-se no artigo do politólogo argentino Atilio Borón, publicado na revista *Página12* (Borón, 2019). Escrevendo à época do governo Bolsonaro, o autor questiona a pertinência de caracterizá-lo como fascista, rejeitando o termo e descartando a possibilidade de uma futura transformação do regime nessa direção. Borón sustenta que o fascismo seria uma categoria histórica dotada de características únicas, cujas condições de surgimento na Itália e na Alemanha

estavam intrinsecamente ligadas ao período entreguerras, tornando-o um fenômeno irrepetível.

Para o professor da Universidade de Buenos Aires, tais condições, ausentes na atualidade, eram quatro. Primeiro, a capacidade das burguesias nacionais italiana e alemã de mobilizar a fórmula política do fascismo para resolver, em chave reacionária e despótica, a crise de hegemonia aberta após a Primeira Guerra, reorganizando o bloco dominante sob sua liderança. Com isso, lograram inserir-se nas disputas entre as nações imperialistas pela partilha do mundo colonial e evitar a insurreição socialista das classes subalternas – cenário que culminou na Segunda Guerra Mundial. Esse contexto se diferenciaria fundamentalmente do atual, marcado pela transnacionalização das megacorporações e pela financeirização do capital, processos que teriam sepultado as burguesias nacionais enquanto forças sociais decisivas. A burguesia contemporânea seria de tipo novo, imperial e multinacional, capaz de operar estratégias globais de acumulação e dominação. A conclusão é que, sem burguesia nacional, não pode haver regime fascista, pois este depende daquela.

Em segundo lugar, os regimes fascistas clássicos teriam sido radicalmente estatistas, praticando políticas econômicas flagrantemente intervencionistas e protecionistas, ampliando os aparatos estatais em suas atividades de coerção e consenso – o oposto da política econômica liberal do governo Bolsonaro, capitaneada pelo *Chicago boy* Paulo Guedes. Terceiro, o fascismo europeu organizava e mobilizava as massas, em especial a pequena-burguesia, destruindo sindicatos autônomos e, no caso italiano, construindo um sindicalismo subordinado ao Estado. O governo Bolsonaro, por outro lado, aprofunda a desagregação social e a privatização da vida pública, insistindo na atomização dos indivíduos ou, quando muito, em sua reunião em espaços sociais tradicionais, como as igrejas.

A quarta condição para o surgimento do fascismo clássico, e igualmente ausente hoje, seria a existência de Estados decididamente nacionalistas e imperialistas, dispostos a discutir militarmente os termos de repartição do mundo colonial com as potências dominantes. Bolsonaro, ao contrário, teria uma retórica nacionalista vazia que ocultaria o “projeto

nacional” de tornar o Brasil o lacaio favorito dos Estados Unidos ao sul do *Río Bravo*.

Segundo Borón, o desaparecimento dessas quatro condições impediria o ressurgimento do fascismo, tornando a analogia inadequada para compreender o governo Bolsonaro – e, por extensão, quaisquer regimes atuais liderados pela extrema-direita. Outro motivo para essa rejeição reside na distinção, inspirada no marxismo de Nicos Poulantzas, que Borón propõe entre fascismo enquanto forma de Estado de exceção capitalista e fascismo enquanto ideologia:

El peronismo clásico fue, usando la conceptualización gramsciana, un caso de “Cesarismo progresivo” al cual sólo observadores muy prejuiciados pudieron caracterizar como fascista debido a la presencia en él de grupos y personas tributarios de esa ideología. Esos eran fascistas pero el gobierno de Perón no lo fue. Viniendo a nuestra época: Donald Trump es un fascista, hablando de su personalidad, pero el gobierno de EE. UU. no lo es. Desde la perspectiva del materialismo histórico al fascismo no lo definen personalidades ni grupos. Es una forma excepcional del Estado capitalista, con características absolutamente únicas e irrepetibles (Borón, 2019)

Partindo de Poulantzas – cuja obra *Fascismo e Ditadura* (1970) tornou-se um marco teórico ao conceituar o fascismo como forma específica de ditadura capitalista –, Borón distingue o fascismo enquanto forma de organização do aparelho estatal e do poder político, do fascismo enquanto ideologia que anima um movimento político de massas e justifica aquela configuração. Como hoje não existiriam as condições históricas necessárias para essa forma excepcional de Estado, conclui que o governo Bolsonaro não era, nem poderia se tornar, um regime fascista, ainda que abrigasse fascistas e que o próprio Jair pudesse, talvez, ser identificado como alguém interpelado por essa ideologia. Assim, o conceito de “fascismo” enquanto forma singular de Estado capitalista, em Borón, é radicalmente historicista.

A abordagem de Atilio Borón foi criticada, a partir do mesmo referencial teórico poulantziano, por Armando Boito Jr. (2019). O autor brasileiro alerta para os riscos de limitar o fascismo a um contexto histórico restrito, desconsiderando suas possíveis reconfigurações. Segundo Boito Jr., o texto do argentino apresenta uma oscilação teórica: inicialmente define o fascismo como uma forma de Estado, mas, ao enumerar as quatro condições históricas,

passa a tomá-lo como uma configuração específica de bloco no poder, referindo-se à fração burguesa hegemônica e às políticas econômica e externa que expressam essa hegemonia:

Das quatro características fundamentais do fascismo que o autor [Borón] arrola, três delas referem-se à composição e à hierarquia do bloco no poder na Itália e na Alemanha das décadas de 1920 e 1930: a fração burguesa hegemônica nesse bloco e as políticas econômica e externa que expressam essa hegemonia. O fascismo seria um regime ou governo da burguesia nacional, com uma política econômica intervencionista e nacionalista e com uma política externa centrada na obtenção de uma “divisão do mundo” mais favorável a essa mesma burguesia nacional (Boito Jr., 2019, p. 2).

O resultado, para Boito Jr., é que Borón erraria ao pressupor que, num Estado fascista, só poderia existir um bloco no poder específico. Para o crítico, num Estado fascista, são possíveis diversas composições das classes dominantes no bloco no poder, as quais podem orientar a política econômica em direções nacionalistas ou entreguistas, estatistas ou neoliberais, a depender de qual fração da classe dominante seja hegemônica.

Esta crítica permite a Boito Jr. desenvolver sua própria conceituação, baseada em duas distinções teóricas fundamentais. A primeira, entre forma de Estado e bloco no poder:

O fascismo é uma forma de Estado, como o é a democracia burguesa ou a ditadura militar. Na forma democrático-burguesa do Estado capitalista, são possíveis diferentes composições e hierarquias das forças que integram o bloco no poder. [...]. Sob um Estado fascista pode-se ter uma política econômica nacionalista ou entreguista, intervencionista ou neoliberal, políticas essas que refletirão composições e arranjos distintos dos blocos no poder vigentes. Por essa razão, pensamos que é sim possível o reaparecimento do fascismo no século XXI (Boito Jr., 2019, p. 2-3).

A segunda, entre fascismo enquanto forma ditatorial do Estado capitalista e fascismo enquanto ideologia que anima um movimento reacionário de massa:

O fascismo é uma das formas ditatoriais do Estado capitalista, mas essa forma supõe a existência de uma ideologia, a ideologia fascista, e tal forma de Estado somente se torna realidade se houver um movimento social, o movimento fascista movido pela ideologia fascista, que assuma a luta para a sua implantação (Boito Jr., 2019, p. 3)

A partir dessas distinções, Boito Jr. elabora um conceito geral de fascismo. Enquanto ideologia, seria um “movimento reacionário de massa

enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas”, animado por ideias heterogêneas, pouco sistemáticas, superficialmente críticas ao capitalismo e à democracia burguesa, com conteúdo profundamente conservador, em que convergem a defesa da eliminação da esquerda, o culto à violência, o nacionalismo autoritário, o racismo e o machismo (Boito Jr., 2019, p. 4). Enquanto forma específica de Estado de exceção capitalista, o fascismo seria “um regime reacionário de massa”, o que o distingue das ditaduras militar e bonapartista (Boito Jr., 2020, p. 115).

Boito Jr. adverte que autores, como Umberto Eco (2018) e Robert Paxton (2007), ao também tentarem estabelecer um conceito geral de fascismo, incorreram em outro erro: basearam-se num procedimento puramente descritivo, elaborando listas de atributos a partir de observações empíricas, sem explicitarem os pressupostos teóricos que orientaram a seleção. O método traria problemas: como determinar quais atributos são definidores? Um fenômeno seria fascista apenas ao exibir todos eles?

Para Boito Jr, o conceito de fascismo deve ser geral e fundamentado numa teoria do Estado e da política. Recorrendo ao arsenal teórico marxista de figuras como o dirigente comunista Palmiro Togliatti, o revolucionário francês Daniel Guérin e o pensador greco-francês Nicos Poulantzas, ele define o Estado como “uma instituição específica que organiza a dominação de classe” e as classes sociais como “coletivos definidos pela posição que ocupam na produção social” (Boito Jr., 2020, p. 114). Assim, articula o conceito geral de fascismo a uma estrutura teórica que leva em conta as dinâmicas de poder e classe, identificando nele quatro características (p. 116):

- i) mobilização reacionária das camadas intermediárias da sociedade capitalista;
- ii) objetivo de eliminar a esquerda do processo político;
- iii) ideologia conservadora, mas superficialmente crítica, vinculada à inserção social, aos interesses e aos valores das camadas intermediárias;
- iv) mobilização de base.

Utilizando uma linguagem emprestada da biologia, sustenta que as quatro características que formam o “gênero” fascismo permitem comparar as “espécies” históricas com as reconfigurações contemporâneas, as “espécies”

neofascistas. Ao examinar o bolsonarismo, o autor encontra aproximações e distanciamentos: assim como nas formas clássicas, no neofascismo bolsonarista há o desejo de eliminar a esquerda, embora a ameaça representada por esta seja hoje significativamente menor do que nas décadas de 1920 e 1930. Basta lembrar do *biennio rosso* italiano e da tentativa de revolução alemã e comparar com a atual debilidade do socialismo e do comunismo, e que o alvo do bolsonarismo é o reformismo do PT. Além disso, embora todo fascismo seja um movimento de massas reacionário enraizado nas camadas médias, na expressão histórica essa base social era composta predominantemente pela pequena-burguesia, enquanto, no caso brasileiro atual concentra-se na classe média. Quanto às classes dominantes, o fascismo clássico foi cooptado pelo grande capital monopolista, ao passo que o neofascismo bolsonarista o foi pelo grande capital internacional e pelas frações da burguesia a ele associadas. Tais dessemelhanças entre as espécies do fascismo clássico e do neofascismo justificam, para Boito Jr, o uso do prefixo “neo”.

Neofascismo ou neobonapartismo?

Alguns autores, no entanto, questionam se a analogia com o fascismo realmente contribui para a compreensão da extrema-direita contemporânea. Em debate direto com Boito Jr. encontra-se Dylan Riley. Num primeiro momento, na *New Left Review*, o professor de sociologia da Universidade da Califórnia argumenta que as condições históricas de origem do fascismo nas décadas de 1920 e 1930 diferem profundamente das atuais. O fascismo clássico seria produto de um momento específico de possibilidade real de revolução socialista, crise capitalista intensa e disputa entre potências imperialistas. Teria surgido justamente em países com pretensões imperiais, mas secundárias na ordem colonial, onde a luta de classes era acirrada e existiam milícias paramilitares fascistas para destruir as organizações dos subalternos (Riley, 2018, p. 16). Esse quadro contrastaria com o atual, caracterizado por outras formas de organização partidária e pela ausência de paramilitarismo.

No mesmo sentido, acentuando a diferença entre as crises atual e do entreguerras e dessa vez baseando-se em Adam Przeworski, Riley afirmou posteriormente que a crise contemporânea da democracia capitalista decorre do fim do compromisso entre as classes trabalhadoras e as classes capitalistas, no qual parte do excedente garantia ganhos materiais aos trabalhadores, ao mesmo tempo que os capitalistas mantinham seus lucros (Riley, 2022, p. 112–114). Se a crise do entreguerras culminou no fascismo clássico, a atual resultou na ascensão de movimentos de extrema-direita que, embora reacionários, não se configuram como fascistas, mas como formas de “populismo de direita” e que lideram um novo tipo de regime político, o neobonapartismo:

O resultado político mais evidente dessas tendências tem sido o surgimento de uma série de demagogos caricatos, sendo Trump, é claro, o mais famoso deles. Mas é importante compreender que esse processo teve início muito antes da mais recente onda de populismo de direita e muito provavelmente perdurará até que emerga uma nova estrutura de acumulação capaz de formar a base de um compromisso de classes renovado.

Esse esfacelamento da democracia capitalista produziu um novo regime político que provavelmente continuará sendo comum até que surja algum regime de acumulação alternativo (seja um capitalista renovado ou um socialista). A meu ver, essa nova forma distingue-se nitidamente do fascismo histórico; ela é mais bem compreendida como uma forma de regime neobonapartista. (Riley, 2022, p. 113–114).³

O autor caracteriza o “neobonapartismo” como uma resposta às tendências estruturais do capitalismo contemporâneo, no qual figuras demagógicas *outsiders* reúnem em torno de si duas frações da pequena-burguesia, estabelecendo uma relação personalista entre líder e massas. O líder populista de direita arbitraria as aspirações dessas frações: uma delas deseja que o governo combata a corrupção generalizada no interior do Estado capitalista, enquanto a outra vê o Estado como irreparavelmente corrupto, enxergando no líder a possibilidade de destruí-lo completamente:

³ “The most obvious political result of these trends has been the emergence of a series of cartoonish demagogues, the most famous of one is of course Trump. But it is important to understand that this process began much earlier than the most recent round of right wing populism, and will very likely last until a new structure of accumulation emerges that can form the basis of a renewed class compromise. This unravelling of capitalist democracy has produced a new political regime likely to remain common until some alternative regime of accumulation (either a renewed capitalist one or a socialist one) appears. In my view, this new form differs quite sharply from historic fascism; it is best thought as a form of neo-Bonapartist regime.”

A hipótese – e não passa disso – é a de que essas tendências estruturais do capitalismo contemporâneo produziram uma síndrome “neobonapartista”, na qual figuras *outsiders* são capazes de aglutinar as massas pequeno-burguesificadas em torno de uma política personalista, voltada a libertar a sociedade daquilo que se presume ser um Estado inerentemente corrupto. [...]

Em conjunto, esses processos geram conflitos políticos quanto ao “papel do governo”, nos quais a principal base social pode ser compreendida como duas frações da pequena burguesia. Uma fração da pequena burguesia engaja-se na defesa do “bom governo” e da “anticorrupção”. A outra fração engaja-se na destruição do Estado, tido como irremediavelmente corrupto; deste ponto de vista, a sociedade precisa de um “bonapartista” externo para restaurar a grandeza nacional. Em ambos os lados, o que é evidente é um processo de “juridificação” autoritária da política, no qual a questão central passa a ser a legalidade ou ilegalidade (Riley, 2022, p. 135-136).⁴

O resultado é um processo crescente de autoritarismo no exercício do poder político pelo líder, configurando o regime neobonapartista. Esse autoritarismo decorre do fato de que, na crise atual, a promessa de melhorar os padrões materiais de vida das classes trabalhadoras é oca, pois se baseia numa forma de acumulação que não promove crescimento econômico nem distribuição do excedente, mas assegura lucros para as classes capitalistas via exercício autoritário do poder. Ao equilibrar os interesses das duas frações da pequena-burguesia, o líder populista atenderia, na prática, aos interesses da burguesia.

A conceituação de Riley é tributária da análise de Marx sobre o golpe de Luís Bonaparte em 1851 (Marx, 2011).⁵ O autor compreende o bonapartismo como uma forma de regime em que a burguesia abdica de

⁴ “The hypothesis, it is no more than that, is that these structural trends of contemporary capitalism have produced a “neo-bonapartist” syndrome in which “outsider” figures are able to coalesce petit-bourgeoisified masses around a personalistic politics aimed at liberating the society from what is presumed to be an inherently corrupt state. (...)”

These processes together generate political conflicts axed on the “role of government”, and in which the main social base can be understand as two fractions of the petite bourgeoisie. One fraction of the petite-bourgeoisie commits itself to the defense of “good government” and “anti-corruption”. Another fraction commits itself to the destruction of the state as irredeemably corrupt; society, from this point of view, is in a need of a “bonapartist” outside to restore national greatness. On both sides what is apparent is a process of authoritarian “juridification” of politics, in which the central issue becomes legality or illegality.”

⁵ Após a derrota do proletariado parisiense revolucionário, numa situação de relativo empate e paralisação entre as classes, a burguesia francesa concluiu que “para preservar o seu poder social intacto, o seu poder político devia ser desmantelado” (Marx, 2011, p. 81), praticamente convidando Bonaparte ao golpe “para que pudesse, confiadamente, sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados” (p. 124). Após a farsa, o Estado francês assumiu uma forma bonapartista, na qual aparentava pairar sobre as classes e autonomizar-se das relações de produção, quando, na verdade, garantia com mão de ferro a propriedade privada e a ordem burguesa, apoiando-se no lumpemproletariado e no campesinato parcelário.

governar diretamente para não arriscar sua dominação social, abrindo caminho para o governo de um aventureiro com relações personalistas com as massas. Desse modo, considera o fenômeno político como capaz de transcender seu contexto histórico original, terminando por sugerir a terminologia “neobonapartismo” para as extremas-direitas atuais. A proposta é sofisticada. Porém, pode-se perguntar se não haveria uma contradição entre rejeitar a possibilidade de o fascismo ressurgir como neofascismo, dadas as diferenças históricas entre a crise do período entreguerras e a atual, e aceitar esta perspectiva para o caso do bonapartismo. Ora, então a crise da Segunda República Francesa foi mais afim à de nosso tempo, se comparada à congênere que levou ao poder figuras como Hitler e Mussolini? Por quê? Em quais termos?

Apesar do interessante esforço comparativo de Riley para entender a extrema-direita a partir de casos como o de Donald Trump, Silvio Berlusconi e Jair Bolsonaro, sua caracterização carece do rigor teórico encontrado em Boito Jr. Ao trabalhar com a categoria genérica de “classe capitalista”, Riley perde de vista as distinções entre frações de classe no interior da burguesia, diferentemente do brasileiro que oferece uma análise mais precisa ao destacar clivagens como porte da empresa, origem e função do capital. Assim, Boito Jr. apreende os diferentes interesses existentes entre a grande burguesia interna e a média, ou entre a burguesia interna industrial e a bancária (Boito Jr., 2021, p. 12–13), revelando como essas disputas determinam a fração hegemônica – algo fundamental para entender a natureza do bolsonarismo, que atende ao grande capital internacional e à burguesia brasileira a ele associada.

Ao empregar a categoria generalizante de “classe capitalista”, Riley deixa de apreender as tensões internas ao bloco no poder. Quando afirma que o neobonapartismo beneficia “a classe capitalista”, permanece a questão: a quem, exatamente, e de que modo? O benefício é o mesmo para todas as frações da burguesia? A falta de uma análise detalhada da estrutura de classes enfraquece a explicação de Riley, pois não capta as nuances que moldam a dinâmica política em momentos de crise. A abordagem de Boito Jr., fundamentada numa teoria geral do Estado e das classes, permite distinguir

as configurações possíveis nos blocos de poder, conferindo-lhe vantagem analítica para compreender a ascensão das extremas-direitas.

Outro problema refere-se ao termo “populismo”: a polissemia enfraquece o poder explicativo da conceituação de Riley. Como nota Michael Löwy (2019), o conceito é infrutífero para tratar das extremas-direitas contemporâneas, pois: (a) sua definição é demasiado vaga, aplicando-se a qualquer liderança política que apele diretamente ao povo e afirme combater as elites; (b) pouco se relaciona com o sentido histórico do populismo latino-americano (de nomes como Vargas, Perón, Cárdenas e João Goulart), caracterizado por discursos e práticas nacionalistas, anti-imperialistas e programas de reformas sociais moderadas. A isto, cabe ainda acrescentar que a própria caracterização de todos esses líderes como populistas também é bastante imprecisa, por vezes mascarando diferenças importantes; (c) o termo funciona como um eufemismo ao disfarçar as características antipopulares, intolerantes e fascistizantes dos líderes e dos regimes de extrema-direita; (d) confunde ao agrupar sob o mesmo rótulo todos os críticos da globalização neoliberal, sejam de direita ou de esquerda. A esse respeito, o próprio Riley chega a sugerir que a crise atual do capitalismo poderia resultar também na ascensão de “populistas de esquerda” que governariam sob um regime neobonapartista “de esquerda”.

Por fim, o termo “neobonapartismo”, embora descritivamente útil, é também excessivamente generalista, aproximando vagamente figuras como Berlusconi e Bolsonaro, Duterte e Modi. Ao definir o regime pela ascensão de *outsiders* que mobilizam massas pequeno-burguesas atomizadas contra o Estado, Riley constrói uma categoria que dissolve as especificidades da periferia do capitalismo e não captura a subserviência estrutural de nossa condição periférica, ao focar na forma política (líder demagogo *vs.* instituições) e deixar de lado a análise do imperialismo. O “neobonapartismo” não explica a quem o Estado burguês serve na periferia. Nesse sentido, a ênfase nas frações de classe de Boito Jr. ajuda a compreender as especificidades das extremas-direitas na periferia do sistema.

Ideologia e discurso na análise da extrema-direita

Apesar da proposta de Boito Jr. representar um avanço inegável contra análises descritivas ao fundamentar o neofascismo numa teoria do Estado e da luta de classes, ela pode ser tensionada por uma crítica marxista à sua noção de ideologia. Ernesto Laclau, em *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo*, critica Poulantzas – matriz teórica de Boito Jr. – argumentando que o grego, partindo da tradição marxista, vincula de antemão o conteúdo e a função das ideologias às classes sociais e à estrutura econômica das sociedades capitalistas.⁶ Não se trata de desvincular inteiramente ideologias e classes, como o próprio Laclau irá realizar posteriormente em obra conjunta com Chantal Mouffe (Laclau; Mouffe, 2001), mas de considerar que a capacidade mobilizadora do neofascismo não emana somente do fato de este expressar os interesses de uma classe, mas também de sua capacidade de articular elementos ideológicos que não possuem uma adscrição de classe necessária. Elementos ideológicos como “anticorrupção” e “patriotismo” são o que Laclau chamaria de “interpelações popular-democráticas”, ou seja, elementos ideológicos disputados por diferentes classes.

Na conceituação de Boito Jr., o neofascismo bolsonarista, enquanto ideologia, parece operar de maneira intimamente vinculada às classes médias, de forma semelhante à criticada por Laclau. O autor afirma:

A ideologia fascista, como não poderia deixar de ser, traz a marca de sua base social – e aqui procedemos a uma segunda desagregação ou desenvolvimento da definição sintética da qual partimos. A ideologia fascista pequeno-burguesa ou de classe média é uma ideologia crítica, mas de perspectiva conservadora. [...] o neofascismo brasileiro, com predomínio da classe média, critica a corrupção e a “velha política”, e o faz, no caso da corrupção, de uma perspectiva conservadora e moralista e, no caso da “velha política”, de uma perspectiva autoritária que enaltece a concentração do poder no Executivo e aponta para o fim da política parlamentar, isto é, para o fim da democracia burguesa (Boito Jr., 2021, p. 5-6).

⁶ Nas palavras do teórico argentino: “Este camino, sugerido por la adjudicación metafísica a las clases de ciertos «elementos» ideológicos, sólo puede conducir a la multiplicación *ad infinitum* de distinciones crecientemente formales. Creo que el camino correcto es el inverso: aceptar que los «elementos» ideológicos considerados aisladamente no tienen ninguna necesaria connotación de clase y que esta connotación es sólo el resultado de la articulación de estos elementos en un discurso ideológico concreto. Lo cual significa que la precondition para analizar la naturaleza de clase de una ideología es interrogarnos por aquello que constituye la unidad distintiva de un discurso ideológico (Laclau, 1986, p. 111).

Ao vincular diretamente a luta contra a corrupção num Estado burguês às expectativas da classe média, Boito Jr. parece descartar a possibilidade de esta bandeira ser disputada pelas esquerdas num projeto que atenda objetivamente aos interesses populares. Se, de fato, o republicanismo e a crítica à “velha política” e à democracia burguesa estiveram, naquela conjuntura específica da crise da Lava-Jato, a serviço das classes dominantes e dos interesses do capital internacional, isso ocorreu porque estavam articulados a outros elementos ideológicos reacionários, como o anticomunismo e o antipetismo. Em si, essas não são bandeiras que derivam das classes; os subalternos podem se tornar profundamente republicanos e socialistas num mesmo processo histórico (como atesta, por exemplo, o processo de passagem da revolução democrática e nacionalista cubana ao socialismo). O fato de que objetivamente a bandeira da moralidade republicana foi apropriada em chave reacionária pelo bolsonarismo não invalida que esta interpelação popular e democrática pudesse ter sido articulada a um projeto socialista coerente. A vitória do neofascismo, nesta perspectiva, foi uma vitória hegemônica no campo da luta ideológica: deu-se pela capacidade da extrema-direita de redirecionar a legítima indignação popular contra a corrupção e articulá-la a um projeto reacionário, antipopular e que, no final das contas, serviu de fato aos interesses das classes dominantes.

Outras duas passagens de Boito Jr. ajudam a ilustrar os limites de atar diretamente ideologia e classe social. Ao analisar o período eleitoral de 2018, o autor afirma:

A segunda observação é a seguinte: o movimento da alta classe média foi, como é sabido, engrossado, durante a campanha eleitoral de 2018, pela adesão das igrejas pentecostais e neopentecostais à candidatura neofascista de Bolsonaro. Essa adesão permitiu – e, ao que parece, fundamentalmente devido aos valores patriarcais, machistas e homofóbicos vigentes na base popular dessas igrejas – a penetração ainda que tardia da candidatura de Bolsonaro no meio popular. Ele escondeu seu programa neoliberal extremado desses trabalhadores (Boito Jr., 2021, p. 18).

Duas páginas depois, também sobre as eleições, o professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas afirma que:

Jair Bolsonaro percebeu, durante a campanha eleitoral, a proposta de cooptação de sua candidatura [pela grande burguesia associada e o capital estrangeiro] e decidiu anunciar o ultraliberal Paulo Guedes para o Ministério da Economia. Prometeu e está entregando o ultraliberalismo com nova rodada de abertura ao capital estrangeiro, com a política externa de alinhamento passivo com os Estados Unidos e com o corte de direitos trabalhistas e sociais (Boito Jr., 2021, p. 20).

Num primeiro momento, portanto, o autor sugere que o movimento bolsonarista, para angariar os votos dos trabalhadores evangélicos, teve de esconder destes o programa neoliberal extremado que encampava, escamoteando a proposta de ataque frontal aos direitos trabalhistas e sociais e de diminuição do investimento público, que afetaria as bases populares das igrejas pentecostais e neopentecostais, sob o véu do discurso conservador. Poucos parágrafos depois, porém, avalia que, no mesmo período de campanha eleitoral, o bolsonarismo assumiu abertamente seu caráter neoliberal para garantir o apoio da grande burguesia associada e do capital estrangeiro. Talvez este desacordo na análise seja tributário da equação problemática entre ideologia e classe social. Partindo novamente da crítica marxista de Laclau à vinculação direta entre elas, uma outra interpretação pode ser sugerida: parte dos trabalhadores evangélicos foi interpelada por elementos ideológicos como empreendedorismo, meritocracia, individualismo e punitivismo, presentes na campanha eleitoral bolsonarista.⁷ Tais elementos, articulados ao anticomunismo e ao antipetismo, e de fato, também ao conservadorismo moral, todos presentes na campanha eleitoral da extrema-direita, constituíram esses sujeitos enquanto apoiadores do bolsonarismo.

O que se quer enfatizar é que a análise da extrema-direita, além de partir de uma identificação rigorosa das disputas de classes nas crises que a geram, como fez o próprio Boito Jr., teria a ganhar se somada à investigação do processo de articulação ideológica. Isto porque, por um lado, lança luzes quando um conjunto de demandas populares e democráticas é esvaziado de seu potencial progressista e ressignificado como parte de um discurso autoritário de extrema-direita; por outro, permite apreender dinâmicas de

⁷ De fato, alguns trabalhos sobre a parcela dos evangélicos brasileiros posicionados à direita e à extrema-direita do espectro político aponta neste sentido de que há alguma articulação entre elementos ideológicos tipicamente neoliberais, conservadores e religiosos. Por exemplo, ver Almeida (2017, 2020) e Souza (2011).

constituição de sujeitos políticos que escapam à determinação direta pelas classes sociais. Assim, a análise consideraria a política como luta pela construção de sentidos que constituem os grupos políticos, concebendo-a como um terreno mais contingente e menos diretamente determinado pelas dinâmicas de classe – um ponto de vista útil para compreender a multiplicidade de formas assumidas pelas extremas-direitas contemporâneas.

Nesse sentido, a abordagem do bolsonarismo em sua dimensão propriamente ideológica e tributária das reflexões teóricas de Laclau, proposta pelos cientistas políticos André Kaysel e Alvaro Bianchi, é uma contribuição relevante. Os autores propõem situar espacialmente o movimento bolsonarista no campo político-ideológico mais amplo da extrema-direita, entendida como uma posição derradeira no contínuo esquerda-direita e em oposição recíproca ao outro polo:

Concebida como uma posição em um espaço unidimensional, a ideologia da extrema direita pode ser definida pela sua relação com outras ideologias antagônicas. Com frequência, definições espaciais e relacionais produzem nos extremos conceitos negativos, do tipo “anti-”, expressando, dessa maneira, sua oposição àquilo que está no extremo oposto (Kaysel; Bianchi, 2025, p. 5).

Nessa perspectiva, pode-se perceber a extrema-direita como anticomunista, anti-igualitarista, anti-imigração, antissecular, antifeminista etc. Isto não significa que, para ser de extrema-direita, um grupo político deva necessariamente preencher uma lista com uma série de características essenciais elaborada previamente. Através da noção wittgensteiniana de “família de semelhanças”, os autores conceituam a extrema-direita e nela diversos elementos comuns, histórica e relacionalmente constituídos, que conformam um campo ideológico amplo, mas suficientemente definido para ser distinguido dos demais. Trata-se de compreender a unidade na diversidade: os grupos políticos de extrema-direita compartilhariam traços discursivos suficientes para serem reconhecidos como parentes e diferenciados de grupos que pertençam a famílias ideológicas distintas, como a direita, o centro ou a esquerda, num mesmo espaço unidimensional. É na dinâmica entre avizinhamiento e afastamento entre discursos, nesse contínuo espacial, que as ideologias políticas adquirem significados, constituem os

sujeitos políticos e os orientam na interpretação da realidade (Kaysel; Bianchi, 2025, p. 5-6).

A partir daí, Kaysel e Bianchi propõem que:

O bolsonarismo pode, portanto, ser definido como uma coalizão discursiva de extrema-direita, a qual reúne diferentes ideologias políticas que partilham uma família de semelhanças. Coalizões discursivas agregam um conjunto de narrativas, os atores que as promovem e as práticas nas quais essa atividade discursiva está baseada.

As narrativas que dão vida a esses discursos não são perfeitamente lógicas e carregam consigo contradições e inconsistências. [...] O que permite a construção da coalizão, entretanto, é o fato de os diferentes discursos estarem situados no mesmo extremo político, ou seja, partilharem uma família de semelhanças que permite que se reconheçam como “parentes” presentes em um mesmo lugar. [...]

Embora a coalizão bolsonarista reúna um conjunto bastante amplo de discursos, é possível identificar quatro vertentes centrais: o neofascismo, o ultraliberalismo, o conservadorismo cristão e o autoritarismo militar (Kaysel; Bianchi, 2025, p. 6-7).

O bolsonarismo, portanto, reuniria quatro ideologias políticas principais, inscritas no campo das extremas-direitas, que antecedem historicamente o surgimento da coalizão discursiva, conforme a tabela a seguir:

TABELA - BOLSONARISMO COMO COALIZÃO DISCURSIVA

Vertente ideológica	Principais atores e grupos	Foco discursivo (elementos “anti”)
Neofascismo	Neointegralistas, neonazistas e seguidores de Olavo de Carvalho (olavistas)	Antidemocrático, antiliberal e anti-igualitário.
Ultraliberalismo	Paulo Guedes, <i>think-tanks</i> (Instituto Liberal, Instituto Mises Brasil) e movimentos de direita liberal (MBL e Vem pra Rua antes de se distanciarem)	Anti-intervencionismo econômico e anti-igualitarismo.
Conservadorismo Cristão	Dameres Alves, Ângela Gandra, setores das igrejas evangélicas e alas conservadoras da Igreja Católica	Antissecularismo e antifeminismo.
Autoritarismo Militar	Setores das Forças Armadas brasileiras	Antidemocrático e anti-igualitarismo.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de (Kaysel; Bianchi, 2025).

A sistematização acima permite acompanhar com clareza a heterogeneidade ideológica e a fluidez discursiva que caracterizariam a coalizão bolsonarista. Observa-se, por exemplo, que, embora o ultraliberalismo e o neofascismo sejam correntes com origens e histórias distintas, ambos convergem no anti-igualitarismo. Isto não significa que os discursos anti-igualitários ultraliberal e neofascista sejam idênticos, mas sim que, à sua maneira, convergem num mesmo movimento reacionário, capaz de conquistar uma nova centralidade na política brasileira. Da mesma forma, a rejeição à democracia liberal e procedimental é uma bandeira comum às vertentes autoritária-militar e neofascista – cada uma com suas singularidades discursivas. É justamente a afinidade entre traços discursivos, e não uma identidade total entre eles, que permite sua aglutinação numa mesma coalizão discursiva.

Imediatamente, impõe-se a questão: como se dá o processo de composição entre as diferentes vertentes ideológicas analisadas na coalizão discursiva bolsonarista? Para Kaysel e Bianchi, é inegável que neofascismo, ultraliberalismo, conservadorismo cristão e autoritarismo militar têm, todas elas, um elemento comum: o anticomunismo. É o anticomunismo, contemporaneamente atualizado como antipetismo, que funciona como elemento aglutinador, que une, no bolsonarismo, o pastor, o general, o especulador financeiro e o militante extremista de direita (Kaysel; Bianchi, 2025, p. 9). Isto porque comunistas seriam quaisquer identificados, não apenas com o Partido dos Trabalhadores ou com as bandeiras da foice e do martelo, ou das cinco estrelas chinesas, mas, enfim, com o feminismo, o ateísmo, as religiões de matriz africanas, a Teologia da Libertação, a “ideologia de gênero”, a intervenção do Estado na economia, a “ditadura da toga”, o “totalitarismo vermelho”, o “globalismo”, o “marxismo cultural”, o Foro de São Paulo, o ambientalismo, os “direitos humanos para humanos não direitos”, a rede Globo, a vacina contra a Covid-19 etc. etc. etc.

Nesse sentido, o significante “comunismo” é esvaziado de seus conteúdos históricos precisos para se tornar um nome genérico para qualquer antagonismo ao corpo social imaginado pelo bolsonarismo (a “família cristã”, a “nação”, o “cidadão de bem”). É a construção discursiva desse inimigo

comum, pouco nítido, mas onipresente, que permite à coalizão suturar, parcial e pontualmente, suas possíveis contradições internas entre, por exemplo, moralismo religioso e punitivismo policial. É através dessa operação ideológica que o imperativo moral do 5º mandamento, “não matarás”, caro à base religiosa, pode ser ignorado em nome da violência policial, desde que o alvo esteja sob a insígnia do “comunismo”.

Apesar da fecundidade analítica da proposta de Kaysel e Bianchi, a abordagem não está imune a desafios teóricos quando confrontada com a tradição marxista discutida anteriormente. Nela, há risco de uma hipertrofia do discurso: ao privilegiarem a articulação política e a constituição de identidades através de cadeias de equivalência (como o anticomunismo), as análises inspiradas na proposta dos cientistas políticos podem secundarizar determinações materiais que condicionam a emergência de coalizões discursivas de extrema-direita. Se Boito Jr. exageraria o lugar da classe na equação, a abordagem da “coalizão discursiva” deve ser tensionada para não incorrer no erro oposto de tratar a política como um campo inteiramente autônomo, desvinculado das contradições inscritas nas formações econômico-sociais. Nesse sentido, poder-se-ia indagar, por exemplo, quais bases materiais permitem que o ultraliberalismo e o autoritarismo militar encontrem convergência para além da retórica anticomunista.

Considerações finais

A situação de crise orgânica atual constitui o terreno no qual germinam e se multiplicam os fenômenos mórbidos de extrema-direita. As notas críticas deste artigo parecem apontar que nenhuma categoria isolada pode dar conta da totalidade do problema. A cautela historicista de Atilio Borón, ao resguardar a singularidade do fascismo clássico, cumpre o importante papel de evitar anacronismos e analogias apressadas; contudo, se levada ao extremo, pode inadvertidamente ocultar as continuidades e adaptações que o neofascismo apresenta em relação ao passado. De modo análogo, a sofisticada elaboração de Dylan Riley sobre o neobonapartismo ilumina a crise de representação e o vazio institucional que permitem a ascensão de *outsiders*, mas tende a subestimar a densidade ideológica e o enraizamento social que

sustentam esses movimentos para além da relação personalista das massas com a figura do líder autoritário.

Diante dessas limitações parciais, a articulação entre as contribuições de Armando Boito Jr. e a recente proposição de André Kaysel e Alvaro Bianchi revela-se um caminho promissor. O diálogo entre essas propostas se mostra fértil: a mirada de Boito Jr. ajuda a desnudar a ossatura material da extrema-direita, ao expor o caráter de classe do movimento reacionário e identificar as frações hegemônicas que compõem o bloco no poder quando elas assumem o Estado. Essa leitura encontra no conceito de “coalizão discursiva” de Kaysel e Bianchi um complemento fundamental, pois este permite compreender como interesses excludentes e antipopulares conseguem mobilizar massas através da construção, no plano ideológico, dum bloco antagônico ao “comunismo”.

A articulação entre a perspectiva estrutural e a dimensão discursiva permite apreender as extremas-direitas como totalidades complexas. Enquanto a análise de Boito Jr. ancora o fenômeno nas lutas de classe, revelando a funcionalidade do campo político extremista de direita para a reprodução do capital e para a manutenção da ordem burguesa no Estado, a abordagem de Kaysel e Bianchi ilumina os processos de constituição de sujeitos políticos e a autonomia relativa da luta ideológica. Nessa chave de leitura integradora, a “coalizão discursiva” não figura como um mero revestimento retórico, mas como a mediação política indispensável, que viabiliza, na arena pública e eleitoral, a agenda excludente das classes dominantes. Assim, a análise ganha em profundidade: compreende-se que a solidez dos interesses materiais descritos por Boito Jr. precisa, para se tornar hegemônica, da plasticidade ideológica articulatória descrita por Kaysel e Bianchi, capaz de traduzir a dominação de classe em uma linguagem mais ampla.

Não se trata de compreender a união das abordagens como uma correção de “erros”, mas de um encontro de potências teóricas que operam em níveis de abstração distintos. Nesse sentido, a chave para essa integração teórica talvez se encontre na recuperação do próprio Ernesto Laclau de *Política*

e ideologia en la teoría marxista, citado anteriormente.⁸ De qualquer maneira, a corroboração desta hipótese de síntese exige um esforço coletivo, mais amplo, de investigação e o trabalho com fontes diversas – algo que escapa ao escopo deste artigo, que modestamente procura apontar um ponto de partida teórico-metodológico.

Aos marxistas, o desafio de compreensão, tanto da natureza da crise quanto de suas manifestações políticas, impõe-se por um motivo substancial: se não soubermos encarar as novas ruínas que se acumulam diante dos nossos olhos com o rigor necessário para acionar os freios de emergência, continuaremos a ser arrastados impotentes pela tempestade catastrófica que ameaça soterrar, definitivamente, o horizonte de emancipação humana.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, e175001. p. 1–27, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, p. 419–436, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000300013>

BOITO JR., Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, v. 34, e021009, 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, v. 27, n. 50, p. 111–119, 26 mar. 2020. <https://doi.org/10.53000/cma.v27i50.19004>

⁸ Nesta obra, anterior à sua virada pós-estruturalista, o teórico argentino sustenta que a especificidade do fascismo clássico residiu na sua capacidade de disputar e articular as noções de “povo” e de “nação”. Laclau argumenta que tais elementos ideológicos não possuem uma adscrição de classe *a priori*, o que permitiu ao fascismo mobilizar a pequena-burguesia – classe que, embora economicamente heterogênea (reunindo lojistas, profissionais liberais, funcionários e pequenos proprietários), poderia ser ideologicamente unificada – em oposição ao bloco de poder liberal-burguês então vigente. Essa operação discursiva possibilitou à fração monopolista da burguesia estabelecer uma aliança com as massas pequeno-burguesas, encadeando as interpelações democrático-populares de “povo” e de “nação” em torno de pontos de articulação conservadores e reacionários, como o anticomunismo, o antiliberalismo e o antissemitismo. O resultado foi uma reforma do Estado que, sob a aparência de ruptura antissistêmica, destruiu as organizações autônomas da classe trabalhadora e reforçou a posição do grande capital monopolista no bloco de poder. Portanto, a partir deste “primeiro” Laclau, é possível um equacionamento teórico marxista da questão ideologia-classe tal como proposto neste artigo, validando a síntese entre análise estrutural das classes e autonomia relativa do discurso.

BOITO JR., Armando. **O neofascismo no Brasil**. Boletim Lieri, n. 1, maio 2019.

BORÓN, Atilio. Bolsonaro y el fascismo. **Página12**, Buenos Aires, 3 out. 2019. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/165570-bolsonaro-y-el-fascismo>>. Acesso em: 6 nov. 2025.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Edizione elettronica a cura dell'International Gramsci Society. Turim: Einaudi - International Gramsci Society, 1975.

KAYSEL, André; BIANCHI, Alvaro. Bolsonarismo como coalizão discursiva de extrema-direita. **Caderno CRH**, v. 38, e025066, 2025. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.66145>.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo**. 3. ed. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1986.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. 2. ed. Londres: Verso, 2001.

LÖWY, Michael. **Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro**. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RILEY, Dylan. Capitalism and democracy. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 116, p. 111–138, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-111138/116>.

RILEY, Dylan. What is Trump? **New Left Review**, n. 114, p. 5–31, 2018.

SOUZA, André Ricardo de. O empreendedorismo neopentecostal no Brasil. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 13, n. 15, p. 13–34, dez. 2011. <https://doi.org/10.22456/1982-2650.19962>.